

Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Direito da Regulação Plano de Ensino

- **Disciplina:** *Administrative State*: a Origem e Evolução da Função e Governança Regulatória
- **Curso:** Doutorado
- **Tipo Disciplina:** Eletiva específica
- **Carga Horária:** 45h (3 créditos)

- **Ementa:**

O foco principal da disciplina é investigar, do ponto de vista jurídico, as diversas fases do Estado Administrativo estadunidense (*Administrative State*): entre 1837 a 1887, marcada pelos experimentos da regulação do comércio pelos governos estaduais; entre 1887 e 1906, compreende o período entre a reforma agrária e a criação da *Interstate Commerce Commission*; 1906 à 1917 identifica-se como sendo a era progressista, com destaque para a criação da *Federal Trade Commission*; 1920 à 1929, período após a primeira guerra mundial, em que foram criadas outras agências, com destaque para a *Federal Power Commission* e a *Federal Radio Commission*; década de 30, com a grande depressão e a recuperação econômica, destacando-se a criação da *Security and Exchange Commission*, a *Federal Communication Commission*, o *National Labor Relations Board*, a *National Maritime Commission*, e o *Civil Aeronautics Board*; década de 40, marcada pela mobilização para a guerra e defesa nacional com destaque para a forte procedimentalização da regulação, por meio da aprovação do *Administrative Procedure Act*, em 1946; a partir da década de 60, até os dias atuais, é considerada a era moderna, onde se destaca o tema da desregulação.

- **Objetivos:**

Complementando as pesquisas realizadas em nível de mestrado, a disciplina pretende levar o aluno a realizar pesquisas mais profundas sobre o Estado Administrativo (Regulador) sob o ponto de vista teórico. Tendo passado por diversas fases durante a sua história republicana, o longo modelo de agencificação estadunidense influenciou o sistema de brasileiro, contendo elementos que podem contribuir no esclarecimento de certas incompreensões sobre o padrão regulatório nacional. A disciplina tem por objetivo colher elementos que possam contribuir nos debates sobre o padrão regulatório local, visando aperfeiçoá-lo, seja apontando providências que merecem ser investigadas com maior profundidade - e, eventualmente, replicadas no modelo nacional - seja para buscar a antecipação de deficiências do modelo original dos Estados Unidos, de modo a evitá-las.

- **Temas e Bibliografia:**

Do Estado Moderno ao Estado Pós-Moderno de Direito: a emergência da função de Regulação

Bibliografia:

CHEVALLIER, Jacques. O estado de direito. Tradução A. Pozzo. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

CHEVALLIER, Jacques. O estado pós-moderno. Tradução Marçal Justen Filho. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

Qual é o papel do Estado na intervenção econômica?

Bibliografia:

HAYEK, Friedrich A. O Caminho para a servidão. Título original: The Road to Serfdom, 1944.

KEYNES, John Maynard. Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda. Título original: The General Theory of Employment, Interest and Money. Royal Economic Society, 1936.

Teoria da Regulação

Bibliografia:

BREYER, Stephen. Regulation and its reform. Harvard Univ. Press: 1982, Cap. I, 1 e 8.

Fundação do Federalismo norte-americano (1787 – 1801) sob bases liberais

Bibliografia:

MASHAW, Jerry L. Creating the administrative constitution: the lost of hundred years of american administrative law. New Haven: Yale University, 2012.

As origens e evolução do Estado Administrativo (regulador) nos Estados Unidos da América: conservadorismo e os experimentos da regulação do comércio pelos governos estaduais

Bibliografia:

CUSHMAN, Robert E. The independent regulatory commissions. New York: Oxford, 1941.

Regulação federal e a criação da *Interstate Commerce Commission* – ICC

Bibliografia:

BERNSTEIN, Marver. Regulatory Business by independent commission. London: Oxford, 1966.

SKOWRONEK, Stephen. Building a new american state: the expansion of national administrative capacities (1877 – 1920). Cambridge University, 1982.

Princípios do Direito Administrativo estadunidense: função executiva, normativa e judicante na regulação do início do Século XX

Bibliografia:

GOODNOW, Frank J. The principles of the administrative state of the U.S. NY: Putman's Sons, 1905.

WYMAN, The principles of the administrative law governing the relations of public officers. St. Paul: Keefe-Davidson Company, 1903.

Pós-primeira guerra mundial e a criação de novas agências

Bibliografia:

KOLKO, Gabriel. Railroads and regulations (1877 – 1916). NY: The Norton & Company Inc, 1965.

Período Progressista: a grande depressão e a recuperação econômica (New Deal)

Bibliografia:

LANDIS, James M. The Administrative Process. New Haven: Yale Univ. Press, 1938.

Procedimentalização da regulação (Administrative Procedure Act, em 1946)

Bibliografia:

SOURCE, Walter Gellhorn. The Administrative Procedure Act: The Beginnings Virginia Law Review, Vol. 72, No. 2, (Mar., 1986), pp. 219-233.

Regulação Social e Agências na Década de 60

Bibliografia:

LANDIS, James M. Report on regulatory agencies to the president elected. US Gov. Printing Office, 1960.

A crise da década de 70, Regan e a Desregulação

Bibliografia:

ROSE-ACKERMAN, Susan. Rethinking the progressive agenda: the reaction of the american regulatory state. New York: The Free Press, 1992.

Efeitos da regulação excessiva.

Bibliografia:

HOWARD, Philip K. The rule of nobody. NY: Norton & Cia Inc, 2014.

Crise do *subprime mortgage* e regulação

Bibliografia:

COGLIANESE, Cary: Regulatory breakdown: the crisis of confidence in the US regulation. Philadelphia: Univ. of Pennsylvania, 2012. Cap. I.